



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Paulista, Pombal, Riacho dos Cavalos, Santa Cruz, São Bentinho, São Bento, Sao Domingos, Sao Francisco, Sao Jose do Brejo do Cruz
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/6/1992
Data de instalação	6/5/1993
Data da última correição	17 de junho de 2022
Período de correicionado	1º/5/2022 a 28/2/2023

Aos 15 de março de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 002/2023 publicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, Margarida Alves de Araújo Silva, acompanhada do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

foram recebidos, na sede da Vara, pelo Diretor de Secretaria, Alvino Carneiro de Andrade Júnior, e pela servidora Maria das Dores Firmino Alves de Lima. Registra-se que a Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, encontra-se em gozo de licença médica na data de hoje.

Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2022 a 28/2/2023 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Ana Cláudia Magalhães Jacob	27/5/2022 - Ato TRT SGP 71/2022

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Catolé do Rocha conta, atualmente, com **5** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alvino Carneiro de Andrade Junior	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2015
Flávia Raquel Miranda Dias	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/8/2022
Flavio Ferreira Cavalcante	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/12/2012
Maria das Dores Firmino Alves de Lima	Técnico Judiciário – Calculista	2/5/1995
Segisnaldo Lopes de Oliveira	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	5/4/2010

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por fase e faixa processuais no sistema PJe, ficando cada servidor responsável por suas atribuições abaixo relacionadas, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Atribuições	Servidores
Notificações de audiências; expedição de alvarás; acordos e pagamentos	Maria das Dores Firmino Alves
Acervo processual das faixas 5 a 9; secretário de audiências	Flávio Ferreira Cavalcante
Secretária de audiência; assessora o gabinete nas demandas existentes; auxilia nas demandas processuais do Pje (escaninho e triagem)	Flávia Raquel Miranda Dias
Responsável por todas as faixas processuais do Pje; pesquisas eletrônicas dos processos na fase de execução; demandas administrativas; atendimento ao público em geral	Alvino Carneiro de Andrade Júnior

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha contabilizava, em 28/2/2023, um acervo processual de **446** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	263
Fase de Liquidação	13
Fase de execução	169
Cartas precatórias e de ordem	1
<b>TOTAL</b>	<b>446</b>

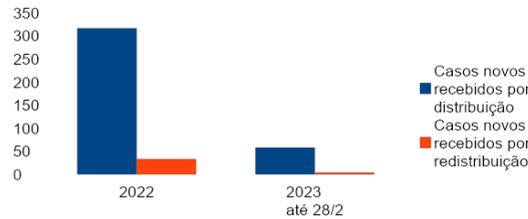
### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	316	58
Casos novos recebidos por redistribuição	33	4
<b>TOTAL</b>	<b>349</b>	<b>62</b>

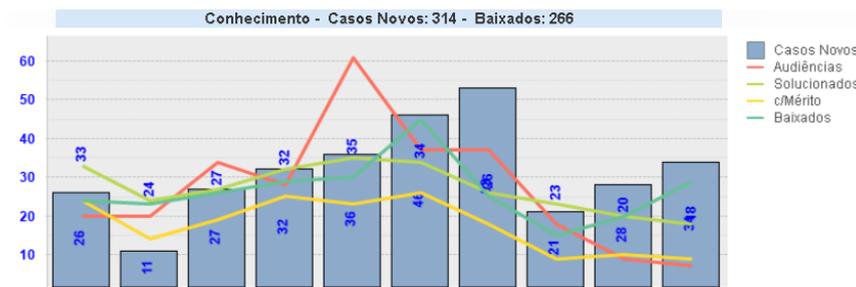


**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**



No período correicionado há registro de 1 processo recebido com sentença anulada (0000150-13.2021.5.13.0016).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (maio/2022 a fevereiro/2023):

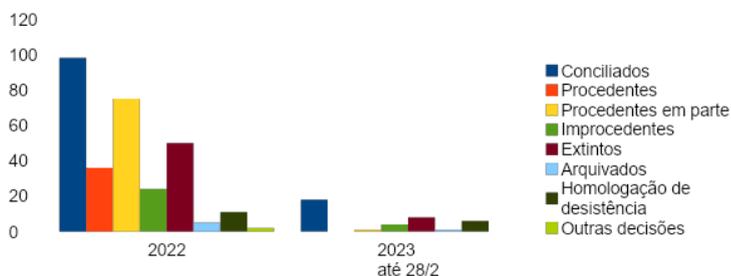


**2.2 Resolvidos na fase de conhecimento** (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 28/2
Conciliados	98	18
Procedentes	36	-
Procedentes em parte	75	1
Improcedentes	24	4
Extintos	50	8
Arquivados	5	1
Homologação de desistência	11	6
Outras decisões	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>301</b>	<b>38</b>



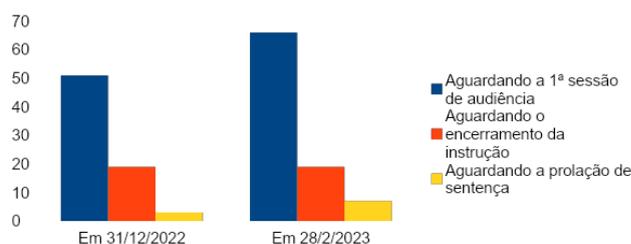
**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**



**2.3 Pendentes de solução** (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 28/2/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	51	66
Aguardando o encerramento da instrução	19	19
Aguardando a prolação de sentença	3	7
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>92</b>



**2.4 Pendentes de finalização** (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 28/2	Variação (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	271	263	-2,95%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de liquidação	4	13	225%
Fase de execução	172	169	-1,74%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	0	0	0	0	0
Conciliação em conhecimento	0	2	3	2	0
Conciliação em Execução	0	4	2	0	0
Una	13	64	52	29	4
Instrução	2	8	10	7	0

Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as audiências, em regra, realizam-se às terça, quartas e quintas-feiras. Informou, também, que em razão da licença médica da Juíza titular no período de 25/1 a 23/2/2023, houve um acúmulo considerável no acervo de processos iniciais e dessa forma, com o retorno da magistrada, as audiências passaram a se realizar de segunda à sexta-feira, visando sanar, com a maior brevidade, os prazos do ajuizamento até a realização da primeira audiência.

### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

#### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2022	2023 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	40	79
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	38	44
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	74	60
Da conclusão à prolação da sentença	12	8
Do ajuizamento até a prolação da sentença	82	56

### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	31	4
	Baixados	35	2
	<b>Pendentes</b>	-	<b>2</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	12	2
	Apreciadas	10	3
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	-
Liquidação/ Execução	Recebidos	6	1
	Baixados	4	-
	<b>Pendentes</b>	-	<b>1</b>

### 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/5/2022 a 28/2/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	76	68	7
Recurso adesivo	4	4	-
Agravo de petição	7	4	-
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>76</b>	<b>7</b>

### 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **64** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **95** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **84** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/2**, é de **61** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **99** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **77** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **82** dias, para o ano base de **2022**, e de **56** dias, relativo a este ano de **2023**, até 28 de fevereiro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **932** dias, e de **605** dias, referente ao **exercício atual** até o dia 28 de fevereiro.

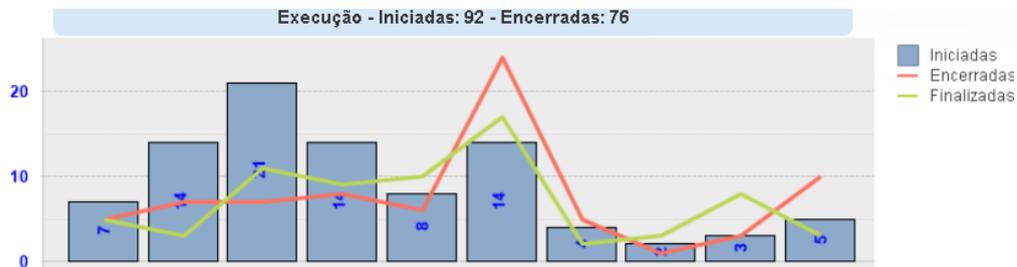
## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2022	2023 até 28/2
Execuções pendentes no início do período	142	159
Execuções iniciadas	103	8
Desarquivados	50	7
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	83	13
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	40	4
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>159</b>	<b>153</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (maio/2022 a fevereiro/2023):



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 2.244.497,54	R\$ 397.952,47
Espontâneo	PJe	R\$ 583.627,36	R\$ 136.687,06
Execução	PJe	R\$ 306.510,09	R\$ 20.088,39
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.134.634,99</b>	<b>R\$ 554.727,92</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 22.692,35	R\$ 2.578,49
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 276.773,68	R\$ 97.377,17
Imposto de renda	PJe	R\$ 287,43	R\$ 229,89
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 299.753,46</b>	<b>R\$ 100.185,55</b>

## 10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correccionado, foram realizadas, no sistema PJe, 243 diligências por 01 oficial de justiça avaliador federal. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática ao Meirinho para toda jurisdição, não havendo zoneamento e a produtividade é alimentada no sistema SIGEP pelo oficial de justiça e o gestor atesta mensalmente.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO PJe (1º/5/2022 a 28/2/2023)</b>			
Oficiais de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 08/3/2023
Segisnaldo Lopes de Oliveira	243	225	-

## 11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

<b>PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2022 a 28/02/2023</b>		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	79
INFOJUD	PJe	14
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	24
BNDT	Pendentes (PJe)	22
	Incluídos (PJe)	16

## 12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	93,72%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	68,50%
Unidade Correicionada	64,41%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **58** casos novos (por distribuição) e **38** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 64,41%.

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,07% da Meta 2
	98,64% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

<b>Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	95,41% da Meta 3
	38,17% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	83,78% da Meta 3
	33,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	145,17% da Meta 3
	58,07% de índice de conciliação

<b>Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	124,79%

<b>Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	44,51%
Unidade Correicionada	45,11%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	20	12	108	83	84,37	87,37	85,65	
2023-02	29	3	110	86	69,18	85,15	75,38	

### 13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2021 e 2022, enquanto que na fase de execução houve uma redução entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente, redução.

Processos baixados	2021	2022	2023
Fase de conhecimento	219	289	49
Fase de execução	186	86	11

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha encontra-se na **387ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 0 e 500 (34 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/1/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridad e peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de Guaporé	1º	4º	5º	15º	3º	2º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	23º	18º	3º	1º	1º
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	1º	1º	16º	2º	20º
<b>13ª Região - PB - Vara de Catolé do Rocha</b>	<b>18º</b>	<b>9º</b>	<b>17º</b>	<b>33º</b>	<b>14º</b>	<b>7º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de Guaporé	1º	48,39	59,76	582,91
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	50,66	168,33	1.058,94
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	44,3	1	141,86
<b>13ª Região - PB - Vara de Catolé do Rocha</b>	<b>18º</b>	<b>82,01</b>	<b>92,91</b>	<b>931,79</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de São Miguel de Guaporé	1º	289	83	3
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	486	195	5
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	104	34	5
<b>13ª Região - PB - Vara de Catolé do Rocha</b>	<b>18º</b>	<b>289</b>	<b>86</b>	<b>5</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2022, estando a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha nas seguintes colocações, entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 10/03/2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 2022	70°	21°	235°	349°	29°	660°
junho 2022	201°	22°	185°	1.053°	110°	812°
setembro 2022	374°	11°	221°	1.472°	261°	784°
dezembro 2022	387°	10°	156°	1.514°	309°	775°

## JUIZES

### 14. Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular

Ana Cláudia Magalhães Jacob			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	27/5/2022 a 16/6/2022	21
Férias	SAOAdm	17/11/2022 a 16/12/2022	30
Licença - tratamento de saúde	SAOAdm	25/1/2023 a 23/2/2023	30

#### 14.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juizes que atuaram na Vara durante o período correccionado.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**14.2 Audiências realizadas (1º/5/2022 a 28/2/2023)** (Fonte: Hórus)

Magistradas	Una	Instrução	Inicial	Encer. Instrução	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Claudia Magalhães Jacob	136	27	-	2	19	49	<b>233</b>
Ana Paula Cabral Campos	13	-	-	-	6	1	<b>20</b>
Mariana Petit Horácio de Brito	12	-	-	-	-	-	<b>12</b>
Ana Paula de Carvalho Scolari	6	-	-	-	-	-	<b>6</b>

**14.3 Incidentes julgados** (Fonte: Hórus)

Magistradas	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Ana Claudia Magalhães Jacob	26	8	2	<b>36</b>
Ana Paula Cabral Campos	5	-	1	<b>6</b>

**15. Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Magistradas	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Ana Cláudia Magalhães Jacob	74	15	50	11	24	4	27	15	<b>220</b>
Ana Paula Cabral Campos	9	12	8	8	-	-	1	2	<b>40</b>
Ana Paula de Carvalho Scolari	3	-	1	-	-	-	-	-	<b>4</b>
Mariana Petit Horácio de Brito	5	-	-	3	-	-	-	-	<b>8</b>

**15.1 Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

No período correicionado, a Juíza titular laborou 183 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,2 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

### 15.2 Processos solucionados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	155
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	88
Homologação da Transação Extrajudicial	22
Consignação em Pagamento	4
Embargos de Terceiro Cível	1
Mandado de Segurança Cível	1
Ação Civil Pública Cível	1

### 16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrada	Sentenças líquidas	%
Ana Claudia Magalhaes Jacob	35	53,85%
Ana Paula Cabral Campos	16	80%

### 17. PROCESSOS SOLUCIONADOS PRAZO LEGAL

Magistrada	Total
Ana Claudia Magalhaes Jacob	220
Ana Paula Cabral Campos	40
Ana Paula de Carvalho Scolari	4
Mariana Petit Horácio de Brito	8

#### 17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 7 dias

Magistrada	Dias
Ana Claudia Magalhaes Jacob	6



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Paula Cabral Campos	13
Ana Paula de Carvalho Scolari	50
Mariana Petit Horácio de Brito	8

### 18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 13/12/2022. A juíza titular mencionou que foi implementada a obrigatoriedade de ser acostada certidão de arquivamento aos autos, quando do cumprimento da citada tarefa. Disse ainda que foram sanadas as pendências relativas aos registros de pagamentos e bloqueios Sisbajud.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

### 19. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrada, entre maio de 2022 e fevereiro de 2023 - 10 meses, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado	R\$ 32,75
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 14,10
Recolhimento de custas processuais	R\$ 370,84
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 417,69</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (Proad n° 1882/2023) e Segepe (Proad n° 2478/2023), a Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, não participou de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, no exercício de 2022, como também não consta presença em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011), no exercício anterior.

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2478/2023) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
Alvino Carneiro de Andrade Júnior	TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO  TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA
Flávia Raquel Miranda Dias	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
Flavio Ferreira Cavalcante
Maria das Dores Firmino Alves de Lima
Segisnaldo Lopes de Oliveira

## 21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 12 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve, nos últimos seis meses, registro de ocorrência.

## 22. RECOMENDAÇÕES

### À magistrada titular

#### 1. Recomendações gerais

- observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e arquivamento definitivo dos autos.

## **2. Recomendações específicas**

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, CCS, Infoseg, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

c) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

**Ao Diretor de Secretaria**

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido nos processos 0000028-63.2022.5.13.0016, 0000117-23.2021.5.13.0016, e 0000178-78.2021.5.13.0016, onde não foi selecionado no campo “Prazo” da tarefa “Preparar expedientes e comunicações, a opção “data certa”, e tampouco inserido o período de 2 meses;

d) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;

e) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000319-63.2022.5.13.0016, 0000168-97.2022.5.13.0016, e 0000095-28.2022.5.13.0016;

f) velar, sob pena de responsabilidade, por meio de movimento processual específico no PJe, pela conclusão dos autos para decisão ou julgamento no prazo de 24 horas após a última audiência do processo, quando encerrada a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso (art. 23 do Provimento Consolidado do TRT13).

**Aos servidores**

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000078-26.2021.5.13.0016 e 0000178-49.2019.5.13.0016;
- b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- d) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

**23. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra-se, com satisfação, o cumprimento da Meta 2 do CNJ no exercício anterior (107,53%) e que, no corrente ano, vem igualmente sendo alcançada (107,53%), pelo que parabeniza a magistrada e servidores pelo trabalho desempenhado.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Destaca-se a excelente performance na Meta 5/2022 (124,79%), atinente às taxas de congestionamento das fases de conhecimento e execução, indicativo da boa gestão de processos e otimização de rotinas, podendo-se observar que o volume de processos baixados na fase de conhecimento foi de grande relevância para o atingimento das metas, merecendo destaque o prazo entre a conclusão e a prolação da sentença — que passou de 12 dias em 2022 para 8 dias neste exercício — e o prazo do ajuizamento da ação até a prolação da sentença — que passou de 82 dias no exercício anterior para 56 dias nos dois primeiros meses do corrente ano, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para que mantenha o padrão da referida meta até o final deste exercício.

Constata, ainda, a Corregedora, que a Unidade vem alcançando o cumprimento da Meta 3/2023 (145,17%) nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, apresentando um excelente índice de conciliação no patamar de 58,07%, atinente às conciliações na fase de conhecimento.

Por outro lado, tratando-se do Igest, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, apesar de se manter colocada no primeiro quartil no último ano, entre a posição 70ª (março de 2022) e 387ª (dezembro de 2022), apresenta uma negativa evolução, motivo pelo qual recomenda à magistrada e aos servidores a permanecer velando pela otimização das rotinas.

A tabela relativa aos mesoindicadores aponta que o item “Produtividade”, composto pelos indicadores “107 – Taxa de Conciliação”, “108 – Taxa de Solução” e “113 – Taxa de Execução”, e o item “Taxa de congestionamento”, composto pelos indicadores “109 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento” e “110 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução”, foram os que mais impactaram a unidade no período correccionado, passando da 349ª para a 1.514ª posição, e da 29ª para 309ª posição, respectivamente.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**  
**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ANEXO**

**VISTOS**

0000319-63.2022.5.13.0016	0000189-10.2021.5.13.0016	0000025-11.2022.5.13.0016
0000149-28.2021.5.13.0016	0000028-63.2022.5.13.0016	0002300-50.2010.5.13.0016
0000191-43.2022.5.13.0016	0000043-95.2023.5.13.0016	0130350-21.2015.5.13.0016
0000068-11.2023.5.13.0016	0000133-40.2022.5.13.0016	0000063-86.2023.5.13.0016
0000168-97.2022.5.13.0016	0000109-12.2022.5.13.0016	0000095-28.2022.5.13.0016
0000117-23.2021.5.13.0016	0130432-86.2014.5.13.0016	0000178-78.2021.5.13.0016

**DESPACHOS CORREICIONAIS**

0000254-73.2019.5.13.0016	0000021-71.2022.5.13.0016	0000023-75.2021.5.13.0016
0000078-26.2021.5.13.0016	0000117-86.2022.5.13.0016	0000126-48.2022.5.13.0016
0000145-54.2022.5.13.0016	0000089-89.2020.5.13.0016	0000178-49.2019.5.13.0016
0130077-76.2014.5.13.0016	0130386-63.2015.5.13.0016	0000086-66.2022.5.13.0016